

ATA DA 30ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, no auditório da
2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH,
4 os seguintes conselheiros:**representantes da sociedade civil:** Nadir Cardozo
5 dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Yara Hornke(Conselho
6 Regional de Psicologia – CRP/SC); Erli Aparecida Camargo (Fundação Instituto
7 Nereu Ramos – FINER); Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos
8 Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação Catarinense de
9 Entidade de e para Cegos – FECEC); João Carlos de Liz (Associação Serrana
10 dos Deficientes Físicos – ASDF); João Joffily Coutinho (Associação dos
11 Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina – ADEPESC); Anne Teive Auras
12 (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina – ADEPESC);
13 Sidnei Pavesi (Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região – ADVB);
14 Luciano Leite da Silva Filho (Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina);
15 Gelson Nezi (Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina); **representantes**
16 **governamentais:** Aretusa Larroyd (Secretaria de Estado de Desenvolvimento
17 Social – SDS); Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Deise
18 Carolina de Souza Silva (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e
19 Sustentável – SDE); Rosimari Koch Martins (Secretaria de Estado da Educação –
20 SED); Tamiris Amaral Grazziotin (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC);
21 Gustavo Kremer (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP); Manuela
22 Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do CEDH-SC) e como
23 convidados: Roberto Mosânio (representando a Secretaria de Estado da Fazenda
24 – SEF); Neylen Junckes (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social –
25 SDS); Martina Formagio (estagiária da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
26 Social – SDS); Matheus Cruz (estagiária da Secretaria de Estado do
27 Desenvolvimento Social – SDS) e Leonardo K. Santos (FSESC). **Ponto 1 da**
28 **pauta. A plenária é aberta** pela presidenta do Conselho Estadual dos Direitos
29 Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz, dando as boas-vindas a todos, e
30 relatando o esforço da Secretária Executiva para recompor este Conselho em
31 especial com os representantes do poder público. Em sequência a presidente
32 sugere que seja feita uma rodada de apresentações e define o teto desta reunião
33 para às 16 horas e 30 minutos, começa com o **ponto 02 da pauta** que é a **leitura**
34 **e aprovação da ordem do dia**. Após feita a aprovação da Pauta, Cynthia propôs
35 a leitura das três atas anteriores, as quais não foram aprovadas por problemas
36 relacionados a secretária que não estava definida. Fabeni sugere e a mesa acata
37 a sugestão de que a partir da próxima reunião, as atas serão enviadas com 10
38 dias de antecedência, para leitura e observações por parte dos conselheiros, a
39 bem de homologarmos na reunião seguinte. Quanto às atas ainda não aprovadas,
40 serão lidas e aprovadas na próxima reunião (Atas 27, 28 e 29). **Ponto 3 da pauta.**
41 **Ausências e justificativas.** A secretária informou que não houve nenhuma
42 justificativa formalizada. Apenas o conselheiro Alexandre Boleslau que confirmou
43 sua ausência por telefone quando a Secretária Executiva entrou em contato.
44 **Ponto 4.** CNDH – denúncia de intervenção. Cynthia discorre acerca da atual
45 conjuntura por que passa o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, o
46 qual vem sofrendo ingerência por parte do governo federal; não apenas o CNDH,
47 como os demais conselhos estão sofrendo problemas de ordens diversas, o que
48 prejudica sobremaneira o andamento dos trabalhos de rotina, como o
49 cumprimento da legislação em vigor a respeito dos diferentes retrocessos que
50 vem sofrendo os Direitos Humanos em todo o país. O CEDH-SC ainda não
51 ratificou a Nota Publicada pelo CNDH. O debate está aberto a respeito do

52 assunto: até o presente momento, os conselhos nacionais que justificaram sua
53 necessidade e que foram criados via decreto. O que houve, de fato, foi a reação
54 social e das representações da sociedade civil, de modo a garantir a sua
55 manutenção. Ressalte-se, que o Estado brasileiro, no momento, está
56 desrespeitando os direitos humanos de várias formas. Não houve ainda o envio
57 da Nota do CNDH, de modo que a mesma será enviada aos conselheiros, para
58 leitura, reflexão e análise, para podermos publicá-la com a segurança devida, eis
59 que depende de uma tomada de decisão política por parte deste conselho. **Ponto**
60 **5. Relatos do Agosto Lilás.** Ocorreram várias atividades no Estado todo; foi
61 adiada a atividade com os conselheiros homens com a participação do Dr.
62 Alexandre Takashima; houve, de fato, fortalecimento do diálogo a respeito do
63 assunto, de modo e fortalecer a rede; as unidades móveis realizaram também
64 atividade na região de Joinville; o calendário estadual foi cumprido. Cynthia relata
65 também atividade com detentos do presídio feminino de Joinville; Neylen relata
66 que também em Florianópolis houve atividade com as detentas; Anne relata que a
67 atividade (seminário) da qual participou, foi bastante produtiva e que abriu o
68 horizonte quanto às ações desenvolvidas em Florianópolis, dando ênfase à
69 questão dos direitos da mulher como forma de prevenção às violências; Erli relata
70 que participou de ação no CASE de Lages, a convite das funcionárias mulheres; a
71 conselheira Rose chama a atenção para a questão da exclusão do termo
72 “*identidade de gênero*” na educação estadual (no currículo do território
73 catarinense como um todo), como no Brasil. Anne chama a atenção à resistência
74 que está ocorrendo em SC por parte de educadores. Está em fase de consulta
75 pública. A conselheira Deise (Secretaria de Estado de Desenvolvimento
76 Econômico e Sustentável – SDS), perguntou o que seria abordado quanto a
77 temática **gênero**. Se abordaria questões como bissexualidade, homossexualidade
78 ou a definição de homem ou mulher e o que isso teria haver com a questão da
79 violência contra a mulher. Anne deixa claro ao introduzir sua fala o conceito do
80 termo ideologia de gênero. Esclareceu que o termo *gênero* é trabalhado na
81 academia desde os anos 80 ou até mesmo antes, para designar uma construção
82 social, cultural daquilo que se diz que é feminino: *afeto, emoção, beleza,*
83 *sensibilidade, tarefas domésticas, cuidar dos filhos,* engloba tudo isso dentro do
84 termo feminilidade e em contrapartida expõe os termos que estão relacionados a
85 masculinidade: *racional, é o que ocupa espaço público, é o que decide, é o que*
86 *provê, é o chefe de família, é o agressivo,* Anne coloca todas essas questões
87 como sendo uma ideia construída socialmente, culturalmente. Anne deixa claro
88 que isso não tem relação com a parte biológica mas explica que é algo construído
89 socialmente ao longo dos séculos e isso define uma relação de poder entre
90 homens e mulheres, legitimando, desta forma a relação de poder e submete a
91 mulher ao homem. Anne citou então a Moção apresentada, como sendo uma das
92 formas de se legitimar essas relações de poder. E, legitimando para que essas
93 relações de poder possam ser reproduzidas quando são reproduzidos
94 estereótipos de gênero: o que a mulher deve ser e o que o homem deve ser. E,
95 isso em última análise, legitima a violência, legitima essa relação de poder em
96 qualquer local. E, exemplifica que até por meio de leis, em pleno século XX, a
97 mulher não podia assinar contratos sozinhas. Anne colocou que toda essa ideia
98 construída de que a mulher era uma posse, fazia parte do patrimônio, que o
99 homem podia dispor dessa mulher, inclusive do seu corpo, a mulher sendo vista
100 como objeto sexual, pode-se utilizar daquele corpo quando quiser, isso pode ser
101 visto pela quantidade de estupros e assédios. A conselheira diz estar tudo
102 relacionado aos papéis de gênero construídos, do que é ser mulher e do que é
103 ser homem. Então quando se discute gênero, se discute esses papéis do que é
104 ser mulher, e o que é ser homem, questionando-se se a mulher deve ser assim e
105 o homem deve ser assim ou será que ambos nascem assim, isso não pode ser
106 uma construção, será que a mulher não pode ser diferente e por meio dessa

107 discussão isso indiretamente já deslegitima a violência contra a mulher na medida
108 em que promove a igualdade de gêneros, E, acrescentou ainda as outras
109 identidades de gênero que existem, uma vez que o tema é relacionado a uma
110 construção, não existe só o masculino e o feminino, como abrange também
111 aqueles que nascem com um sexo biológico mas se vêem de uma outra forma.
112 Concluiu sua fala dizendo ser uma educação voltada a diversidade, a igualdade
113 de gênero, a prevenção da violência contra a mulher e também a LGBT por via,
114 uma educação não violenta voltada ao respeito e a igualdade de gênero. Deise se
115 posicionou a favor da Doutora Damares Alves e a deputada estadual Campagnolo
116 dizendo que o homem e a mulher tem papéis diferentes, são importantes, porém
117 um não sobrepõe o outro embora se complementem. Colocando ser possível
118 essa visualização até mesmo nos campos de trabalho, onde a expertise que a
119 mulher tem e o homem tem, existe um complemento, e; disse somar bastante nos
120 grupos de trabalho. Concluiu sua fala dizendo que as crianças são muito novas
121 para decidirem ou mesmo opinarem em relação a outras variedades de gêneros.
122 Finalizou dizendo que esse assunto pode até confundir a criança. Rose colocou
123 que é essa a preocupação que está se tendo, como se a escola fosse o espaço
124 que a conotação de ideologia de gênero, que é do senso comum, foi com essa
125 preocupação que a escola iria ensinar a como ser *gay* e *lésbica* – a conselheira
126 justifica a colocação destes termos, pois são do senso comum. Acrescentou ainda
127 que, o que se discute é o ser humano, os seres humanos que estão na escola, a
128 escola não pode excluir, porém seu papel não é o de ensinar a ser *isso ou aquilo*.
129 A escola irá discutir esse tema como um princípio básico a diversidade, como um
130 princípio básico da educação básica, a conselheira volta a afirmar, esses
131 indivíduos estão presentes na escola e tem direito a permanência e a educação
132 de qualidade. Deise questionou a partir de qual idade a criança consegue
133 descobrir ou identificar... e, nesse momento é interrompida por várias falas ao
134 fundo onde por fim, o conselheiro Sidnei Pavesi (ADVB) afirmou não se tratar
135 sobre o tema sexo e, finalizou dizendo que a fala da conselheira Anne ficou muito
136 claro quanto a isso. Yara pediu para que a conselheira Deise se colocasse no
137 ponto de vista prático. Explicou que qualquer criança e em qualquer idade, se ela
138 se depara com uma pessoa que é homossexual, o que vai se explicar para essa
139 criança, é a partir disso, de se aceitar a realidade e se trabalhar com ela, isso é
140 essencial para a criança. Complementou ainda que a criança não pode ser
141 manipulada, por exemplo, dizendo a criança que aquela pessoa não existe. A
142 criança vê aquela pessoa todo dia, é um vizinho de bairro, então como a criança
143 vai responder a sua curiosidade, como se responde a isso? Questionou Yara. E,
144 finalizou sua fala dizendo que as pessoas podem ter escolhas diferentes, ter a
145 diversidade é a melhor forma de nós convivermos com as diferenças. E, colocou
146 que na escola não tem outra forma a lidar a não ser a criança entender as
147 diversidades. Gustavo Kremer (SSP/SC) fez um relato pessoal e explicou que
148 atualmente trabalha com violência contra a mulher, criança, adolescente e idoso.
149 O conselheiro Gustavo disse perceber que se não houver uma mudança cultural
150 as estatísticas só tendem a aumentar. O conselheiro Gustavo (SSP/SC) colocou
151 que a mulher sempre foi agredida por causa da cultura machista e, mencionou
152 que com o empoderamento das mulheres, essas estão tendo ciência do seu papel
153 na sociedade, estão podendo trabalhar, podendo buscar informação e por isso ela
154 pode chegar na delegacia dizendo: *“eu quero representar criminalmente esse*
155 *agressor”*, *“eu não aceito ser mais abusada”*,...e, salientou o conselheiro, que isso
156 só aconteceu porque houve uma evolução dessa cultura, e disse qcreditar que
157 essa evolução acontecerá de forma mais célere se for trabalhado desde criança.
158 Acrescentou ainda que, as crianças devem entender desde pequenas o papel
159 delas porque o papel da escola não é apenas a formação de profissionais como
160 também formar pessoas para sua vida. Gustavo (SSP/SC) colocou que as
161 escolas devem ter conteúdo para passar para que as crianças tenham liberdade

162 de escolha. E colocou em questão: *o que seria da liberdade se a pessoa não*
163 *dispõe de todas as informações que necessita?* E, complementou: *“Se a pessoa*
164 *não detém todas as informações como ela pode ter a liberdade para fazer*
165 *escolhas e seguir o seu caminho?”* Gustavo (SSP/SC) diz compartilhar da ideia de
166 que se deve trabalhar essa temática nas bases, nas escolas. Finalizou sua fala
167 relacionando os casos de suicídio com educação muito rígida que receberam e
168 quando tendem a ter um olhar diferente a repreensão é tão grande que não
169 conseguem lidar com a parte psicológica. A conselheira Erli (FINER) introduziu
170 sua fala dizendo que muitas coisas que iria falar foram ditas pelo Gustavo
171 (SSP/SC). Começou então sua fala quanto ao tema suicídio fazendo relação a
172 uma pesquisa, que começou no ano de 1994 através de um grupo de professores
173 ligados a Universidade de Goiás e a UnB. A pesquisa referia-se a terapias
174 alternativas e o objetivo dentro dessa pesquisa era detectar entre os
175 homossexuais qual era a situação relacionada ao suicídio. Dentre o público que
176 foi feita a pesquisa, eles tiraram a conclusão a partir de vários testes que 100%
177 desse grupo tem tendência potencial em ser suicidas. Erli comentou de sua
178 experiência quando participou da Coordenadoria do Fórum Catarinense pelo Fim
179 da Violência e exploração sexual contra criança e adolescente foi trabalhado
180 muito com a questão do *bullying* na escola. Porque a criança é vítima de *bullying*
181 e normalmente quais seriam os elementos que essa criança tem que fossem
182 potencialmente atrativos para sofrerem o *bullying*. Foi detectado que a maioria era
183 por conta do não respeito profundo ao ser humano e, em especial a questão do
184 homossexualismo. Erli (FINER) afirmou que a fala da conselheira Yara deve ser
185 levada em conta na hora de fazer escolhas ideológicas e se dirigiu a conselheira
186 Deise e disse que, quando se faz escolhas ideológicas, estas tem haver com o
187 respeito que se tem profundamente pelo ser humano ou não. E, complementou
188 ainda, que muitas vezes não tem haver com o texto que você leu, mas com o jeito
189 que você trata as pessoas. Erli colocou a indiferença com o ser humano como
190 algo muito grave e, complementou ainda que, às vezes não parece mais quando
191 uma pessoa não consegue se colocar, empaticamente ou por simpatia, no lugar
192 do outro para sentir o que o outro senti e poder ponderar que o outro é humano
193 tanto quanto você, esse é o maior desafio da escola. Erli, levantou a questão da
194 necessidade de tantas leis, citou a lei que criminaliza a homofobia, e; justificou
195 dizendo ser fruto de uma cultura...e finalizou afirmando ter ojeriza por tudo isso. O
196 conselheiro Gustavo colocou um exemplo prático vivenciado pelo próprio e;
197 concluiu dizendo que vivemos numa sociedade doente culturalmente. E,
198 complementou que algumas pessoas pela sua formação não tem como pensar
199 diferente porque sempre pensou daquele jeito, e nunca lhe foi dada a liberdade de
200 pensar de várias maneiras. Acrescentou ainda a questão da sexualidade e,
201 colocou que um homem só se relaciona com outro homem se sentir desejo e, não
202 vai ser o que a pessoa está falando para a outra que irá influenciar o seu desejo
203 sexual, e; retratou o fato como sendo um impulso biológico. Rose (SED/SC)
204 esclareceu que não existe especificamente um conteúdo para ser trabalhado
205 sobre essa temática nas escolas. Explicou que se trata de um tema transversal, e
206 mencionou que o trabalho a ser feito é fazer com que a criança entenda que a
207 forma do outro ser não seja motivo para violência, não seja motivo para violar os
208 seus direitos. A conselheira se dirigiu a Deise (SDE) e disse que esse trabalho é
209 feito com professores com qualificação necessária para saber lidar com essa
210 diversidade, mas com conhecimento acadêmico. Deise (SDE) colocou ser um
211 desconhecimento e, por isso levantou essas questões que surgem a partir da
212 visualização e conhecimento das reportagens, que focam na sexualidade. Rose
213 (SED) disse a Deise (SDE) que foi aberto o debate exatamente para serem feitos
214 os devidos esclarecimentos. Deise (SDS) questionou se está disponível para que
215 o cidadão possa analisar esse plano pedagógico para que se tenha maiores
216 informações. Rose (SED) respondeu de forma afirmativa e diz estar disponível na

217 página da Secretaria de Educação e reforçou mais uma vez que traz o tema
218 porém com ausência de conteúdos preocupantes que vá ser ensinado em relação
219 ao sexo, ao biológico. Yara (CRP) colocou, se dirigindo a Deise(SDE) que
220 ninguém aprende na escola a ser homossexual, é uma escolha pessoal, depende
221 de cada pessoa e da história de cada um. Concluiu que essa relação a respeito
222 da escolha que a pessoa faz, o sexo que ela faz, de que jeito, isso é muito
223 pessoal, é particular, não se aprende. Aretusa (SDS) concluiu, relatando sobre os
224 números apresentados pelos parceiros (PM-Rede Catarina e Polícia Civil), acerca
225 da violência contra a mulher. Proposta: 1. NOTA de congratulações à SDS acerca
226 do Agosto Lilás (Cynthia); 2. Que o CEDH-SC faça uma recomendação ao
227 Governo do Estado para a manutenção do termo “*identidade de gênero*” (Anne e
228 Rose) para 10 dias a contar desta data; e 3. Promover um debate no CEDH-SC
229 sobre o tema, articulado pela Comissão de Formação em Direitos Humanos e
230 Políticas Públicas, para a próxima reunião. **Ponto 6. Planejamento Estratégico.**
231 Retirado de pauta, porque a Mesa Diretora não conseguiu avançar. Voltará a
232 pauta, com previsão de conclusão até novembro. **Ponto 7. Composição e**
233 **funcionamento das Comissões.** Cynthia fez um breve histórico de como
234 chegamos ao CEDH-SC. As cinco comissões permanentes foram aprovadas.
235 Gustavo (SSP) sugere que seja convidado o Ministério Público (MP) para
236 participar do CEDH, sendo encaminhado por Cynthia que Gustavo faça diálogo
237 para sondar interesse, ressaltando que temos que ter conosco quem estiver
238 disposto a defender os Direitos Humanos e, com isso, a Mesa Diretora estudará o
239 tema para voltar à pauta. **Ponto 8. Relato da reunião com a Secretária Maria**
240 **Elisa.** Cynthia concedeu a palavra para que a conselheira Yara se manifeste
241 acerca da reunião dos presidentes dos conselhos com a Secretária Maria Elisa
242 que aconteceu dia 27 de agosto. A conselheira Yara comentou que a pauta da
243 reunião não dizia respeito ao CEDH-SC. E, continuou dizendo que a reunião foi
244 relacionada a questões legais dos conselhos em relação às diárias, no que diz
245 respeito às publicações das nomeações dos conselheiros em Diário Oficial. A
246 reunião teve como objetivo reunir todos os presidentes dos conselhos para que os
247 mesmos fossem reestruturados para evitar futuras complicações em relação às
248 diárias. **Ponto 9. Indicação de instituição governamental em substituição a**
249 **extinta Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) na**
250 **legislação deste Conselho.** Cynthia pediu para que a Secretária Executiva
251 encaminhe a situação da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
252 (SOL). A Secretária informou que como essa Secretaria foi extinta e uma vez
253 presente tanto na Lei quanto no Regimento Interno deste Conselho precisaria ser
254 feita a substituição dessa por outra Secretaria em ambos. Cynthia colocou que a
255 substituição não irá acontecer por causa da alteração da Lei do Conselho. Erli
256 mencionou a questão da não paridade e da substituição. Lembrou que se não
257 houver substituição a paridade estará resolvida. Erli acrescentou que caso a
258 Secretaria em questão seja substituída então a lei terá que ser alterada e nos dois
259 sentidos. Roberto (convidado/SEF) sugeriu que quando for escrever o texto de lei
260 colocar, por exemplo, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL)
261 ou o que vier a ocupar esse espaço relacionado ao Turismo, Cultura e Esporte e,
262 no próprio texto pressupor a possibilidade de algum tipo de extinção. Deliberação:
263 próxima semana, João Coutinho e Cynthia estarão se debruçando sobre este
264 tema. **Ponto 10. Informes. Atualização site SDS,** especificamente o CEDH-SC.
265 Cynthia comentou que a Secretária Executiva está fazendo um trabalho de
266 recuperação de Atas, de legislação, de Notas Públicas da gestão anterior e desta,
267 informou que a composição do conselho esta atualizada. E, por fim, comentou
268 sobre a importância desse fato, pois se trata de uma questão de memória e de
269 registros das práticas deste Conselho. **Ouidoria.** Cynthia perguntou sobre a
270 Ouidoria do governo ou da SDS se alguém saberia informar se está funcionando
271 ou não. Cynthia questionou ainda se é uma Ouidoria Geral ou se a SDS terá a

272 sua própria Ouvidoria. Roberto (convidado/SEF) e Tamiris (SCC) responderam
273 que cada Secretaria terá a sua própria Ouvidoria. Roberto complementou dizendo
274 que existe uma Ouvidoria Central vinculada a Controladoria Geral do Estado
275 porém cada Secretaria terá a sua própria Ouvidoria. *Deliberação:* Tamiris(SCC)
276 irá averiguar em que pé se encontra e dará devolutiva ao CEDH-SC na próxima
277 plenária. *Imigrantes.* Luciano (Cáritas) introduziu sua fala dizendo que a
278 referência para atendimento ao imigrante eram as entidades da sociedade civil
279 mas que há 1 ano e 8 meses o Estado em parceria com a Ação Social
280 Arquidiocesana colocaram em execução os Centros de Referência de
281 Atendimento ao Imigrante (CRAI). Depois o governo encerrou esse contrato e a
282 orientação que as entidade receberam é a de que os encaminhamentos sejam
283 feitos aos CRAS, DPU e demais órgãos que já atuavam com a questão
284 migratória. Luciano (Cáritas) complementou sua fala informando que Santa
285 Catarina é o 4º estado que mais acolhe Venezuelanos e o 3º que mais acolhe
286 solicitantes de refúgio. Cynthia perguntou se mais alguém teria informações a
287 acrescentar sobre o assunto e o que se propõe que seja feito. João Coutinho
288 (ADEPESC) se manifestou dizendo que o estado deve se especializar para
289 receber esta demanda que tem suas particularidades diferentes dentro de um
290 grupo de vulnerabilidade específico. Complementou sua fala dizendo que não
291 basta que os CRAS absorvam esse público, deve ser feito uma capacitação,
292 preparo de quem irá atendê-lo. *Luciano (Cáritas)* colocou que será introduzido no
293 Capacita SUAS a questão migratória, porém não será uma capacitação voltada
294 apenas para esta questão. *Gelson (Cáritas)* disse que a postura política da
295 instituição Cáritas será fazer os encaminhamentos para os CRAS. E, fazer um
296 processo avaliativo a curto e médio prazo sobre essa questão e, como Conselho
297 possa ser feita uma fiscalização. *Deliberação:* Formação de um grupo de trabalho
298 (GT) composto por: Anne, Gelson, Yara, Erli, Luciano, Cynthia para dar
299 coordenadas à política, o que inclui oficial o governo do Estado e este nos
300 forneça todas as informações acerca do rompimento do contrato e sua
301 justificativa. Nada mais havendo a tratar, a presidente Cynthia **finaliza a plenária**
302 e agradece a participação de todos; e eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro,
303 lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será devidamente publicada
304 no portal da SDS-SC.

305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324